



Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi Relatório da Administração

Senhores associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o Sicoob Coopacredi completou 30 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o Sicoob Coopacredi obteve sobras líquidas de R\$ 20.040.251 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,37%

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 171.714.670. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 327.912.416.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	142.466.590	43,45%
Carteira Comercial	185.445.826	56,55%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 13,49% da carteira, no montante de R\$ 44.224.578.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 256.885.742, apresentaram uma evolução de 78,58% em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	112.300.957	43,72%
Depósitos a Prazo	130.319.058	50,73%
LCA	14.265.727	5,55%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 29,65% da captação, no montante de R\$ 76.167.491.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do Sicoob Coopacredi era de R\$ 85.925.084. O quadro de associados era composto por 8.353 cooperados, havendo um acréscimo de 28,88% em relação a dezembro de 2019.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do associado através do "rating" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Coopacredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/1999, havendo uma concentração de 91,85% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.606/2017. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem função complementar a do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Coopacredi aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - Sicoob Confederação e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do Sicoob Coopacredi registrou 12 (doze) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 12 (doze) reclamações, 5 (cinco) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular BCB nº 3.700/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Patrocínio (MG), 26 de fevereiro de 2021.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Givago José Rodrigues Borges de Paiva
Diretor de Negócios

Simeão Lopes Honório
Diretor Administrativo e
Diretor responsável pela área contábil

Otávio Augusto Alves
Diretor de Gerenciamento de Riscos e Capital

Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		358.787.320	245.683.087	Circulante		405.545.562	205.585.810
Disponibilidades	3	1.122.672	1.256.830	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros				Depósitos	10	242.620.015	128.234.878
Títulos e valores mobiliários		-	1.303.872	Recursos aceites cambiais e letras imobiliárias	11	13.629.635	15.604.766
Relações interfinanceiras	4	171.714.670	100.076.586	Relações interfinanceiras	12	71.854.472	39.223.661
Operações de crédito	5	192.605.347	148.542.454	Relações interdependências	13	16.375.075	8.308.548
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(8.715.698)	(7.036.965)	Obrigações por empréstimos e repasses	14	52.925.674	8.992.691
Outros créditos	7	1.781.811	1.298.656	Provisões	15	163.028	150.942
Outros valores e bens		278.518	241.654	Outras obrigações	16	7.977.663	5.070.324
Não circulante		166.972.090	76.956.587	Não circulante		26.449.404	41.799.900
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Instrumentos financeiros				Demais instrumentos financeiros			
Operações de crédito	5	135.307.069	52.474.340	Recursos aceites cambiais e letras imobiliárias	11	636.092	13.005
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(7.536.597)	(5.082.236)	Relações interfinanceiras	12	22.612.174	7.957.894
Outros créditos	7	545.207	726.147	Obrigações por empréstimos e repasses	14	-	30.943.488
Investimentos	8	14.114.331	13.629.847	Provisões	15	3.201.138	2.885.513
Imobilizado de uso	9	26.366.555	16.762.880	Resultados de Exercícios Futuros		-	3.239
Intangível	9	7.009	-	Rendas antecipadas		-	3.239
(-) Depreciações e amortizações	9	(1.831.484)	(1.554.391)	Patrimônio líquido	17	93.764.444	75.250.725
				Capital social		44.163.680	40.549.499
				Reserva de sobras		44.905.435	31.758.514
				Sobras acumuladas		4.695.329	2.942.712
Total do ativo		525.759.410	322.639.674	Total do passivo e patrimônio líquido		525.759.410	322.639.674

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

		2020		2019
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		20.497.950	37.797.667	34.197.173
Operações de crédito	5a	18.736.984	34.531.272	28.076.221
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		64.737	138.340	25.274
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	1.696.229	3.128.055	6.095.678
Dispêndios da intermediação financeira		(14.022.562)	(25.248.304)	(23.854.098)
Operações de captação no mercado	10 e 11	(1.441.146)	(3.202.138)	(5.118.527)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	12 e 14	(3.208.254)	(5.984.714)	(5.541.325)
Provisão para perdas em operações de crédito	6b	(8.736.331)	(15.198.595)	(12.839.630)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6b	(636.831)	(862.857)	(354.616)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.475.388	12.549.363	10.343.075
Outros ingressos operacionais		20.295.184	29.551.151	19.588.734
Ingressos de prestação de serviços		6.549.857	9.808.039	5.311.262
Outros ingressos operacionais	18	13.745.327	19.743.112	14.277.472
Outros (dispêndios) operacionais		(10.517.599)	(19.951.514)	(16.889.811)
Dispêndios administrativos	19	(3.696.256)	(7.082.932)	(5.818.292)
Dispêndios de pessoal e honorários	20	(4.790.067)	(9.320.654)	(7.436.128)
Dispêndios de depreciação e amortização		(207.874)	(380.257)	(285.588)
Outros dispêndios operacionais	21	(1.823.402)	(3.167.671)	(3.349.803)
Resultado operacional		16.252.973	22.149.000	13.041.998
Resultado não operacional		(16.166)	18.010	(20.456)
Resultado antes da tributação		16.236.807	22.167.010	13.021.542
Imposto de renda e contribuição social		(1.158.572)	(1.428.358)	(502.373)
Participação dos funcionários		(368.403)	(698.401)	(492.786)
Sobra líquida do semestre/exercícios		14.709.832	20.040.251	12.026.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	14.709.832	20.040.251	12.026.383
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	14.709.832	20.040.251	12.026.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Capital social		Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
	Capital subscrito	Capital a realizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	37.753.062	(65.918)	23.518.920	3.388.502	64.594.566
Aumento de capital com sobras	3.006.794	-	-	(3.006.794)	-
Quotas de capital a pagar a ex associados	-	-	-	(50.912)	(50.912)
Distribuição de sobras	-	-	-	(330.796)	(330.796)
Subscrição/realização de capital	1.815.945	(5.332)	-	-	1.810.613
Devoluções de capital	(1.955.052)	-	-	-	(1.955.052)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	12.026.383	12.026.383
Destinação da reserva legal	-	-	8.239.594	(8.239.594)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(588.542)	(588.542)
FATES - não cooperados	-	-	-	(255.535)	(255.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.620.749	(71.250)	31.758.514	2.942.712	75.250.725
Aumento de capital com sobras	2.613.857	-	-	(2.613.857)	-
Quotas de capital a pagar a ex associados	-	-	-	(42.881)	(42.881)
Distribuição de sobras	-	-	-	(285.974)	(285.974)
Subscrição/realização de capital	4.591.411	(13.701)	-	-	4.577.710
Devoluções de capital	(3.577.386)	-	-	-	(3.577.386)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	20.040.251	20.040.251
Destinação da reserva legal	-	-	13.146.921	(13.146.921)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(939.066)	(939.066)
FATES - não cooperados	-	-	-	(1.258.935)	(1.258.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.248.631	(84.951)	44.905.435	4.695.329	93.764.444

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

...Continuação

	Capital social		Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
	Capital subscrito	Capital a realizar			
Saldos em 1º de julho de 2020	43.165.110	(79.955)	31.758.514	5.330.419	80.174.088
Subscrição/realização de capital	3.882.598	(4.996)	-	-	3.877.602
Devoluções de capital	(2.799.077)	-	-	-	(2.799.077)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	14.709.832	14.709.832
Destinação da reserva legal	-	-	13.146.921	(13.146.921)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(939.066)	(939.066)
FATES - não cooperados	-	-	-	(1.258.935)	(1.258.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.248.631	(84.951)	44.905.435	4.695.329	93.764.444

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020	2019	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	83.578.861	81.122.804	580.382
Sobra ajustada do semestre/exercícios	25.235.813	38.295.467	27.956.306
Sobra líquida do semestre/exercícios	14.709.832	20.040.251	12.026.383
Provisão para perdas em operações de crédito	8.736.331	15.198.595	12.839.630
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	636.831	862.857	354.616
Desvalorização de outros valores e bens	-	-	62.997
Depreciações e amortizações	207.874	380.257	285.588
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	43.687	92.015	397
Provisões passivas	901.258	1.721.492	2.386.695
Redução (aumento) nos ativos	<u>(86.572.006)</u>	<u>(137.859.187)</u>	<u>(62.834.917)</u>
Títulos e valores mobiliários	1.802.538	1.303.872	(1.303.872)
Relações interfinanceiras	17.111	-	-
Operações de crédito	(87.729.838)	(138.362.040)	(60.776.503)
Outros créditos	(834.177)	(764.155)	(738.722)
Outros valores e bens	172.360	(36.864)	(15.820)
Aumento (redução) nos passivos	<u>144.915.054</u>	<u>180.686.524</u>	<u>35.458.993</u>
Depósitos	87.476.539	114.385.137	30.055.053
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	(3.044.202)	(1.352.044)	4.106.125
Relações interfinanceiras	32.401.476	47.285.091	12.520.774
Relações interdependências	16.173.280	8.066.527	3.478.610
Obrigações por empréstimos e repasses	13.536.960	12.989.495	(14.960.727)
Provisões, outras obrigações e resultado de exercícios futuros	(1.628.999)	(687.682)	259.158
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(3.755.742)</u>	<u>(10.290.347)</u>	<u>(10.275.464)</u>
Aumento de investimentos	(374.824)	(484.484)	(1.402.580)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(3.380.918)	(9.805.863)	(8.872.884)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>1.078.525</u>	<u>671.469</u>	<u>(526.147)</u>
Distribuição de sobras	-	(285.974)	(330.796)
Quotas de capital a pagar a ex associados	-	(42.881)	(50.912)
Subscrição/realização de capital	3.877.602	4.577.710	1.810.613
Devoluções de capital	<u>(2.799.077)</u>	<u>(3.577.386)</u>	<u>(1.955.052)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>80.901.644</u>	<u>71.503.926</u>	<u>(10.221.229)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (nota 3)	<u>91.935.698</u>	<u>101.333.416</u>	<u>111.554.645</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (nota 3)	<u>172.837.342</u>	<u>172.837.342</u>	<u>101.333.416</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi ("Cooperativa"), fundada em 24 de outubro de 1990, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 24 de abril de 1991, através do registro sob nº 65.229.254/0001-21.

A Cooperativa está sediada na Avenida Rui Barbosa, 163 - Centro, em Patrocínio MG e tem sua área de ação nos municípios de Patrocínio, Guimarães, Serra do Salitre, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Prata, Uberlândia e Tupaciguara, no Estado de Minas Gerais, e Catalão, Itumbiara, Cristalina, Goiatuba, Ipameri, Piracanjuba e Pires do Rio, no Estado de Goiás.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015. É filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Crediminas e componente do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Coopacredi junto a seus associados, empregados e a comunidade está fazendo a sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da sua missão.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 26 de fevereiro de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos Financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

b.5 Títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.6 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.8 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da administração, quando depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

b.9 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.10 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.12 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (*impairment*).

b.13 Depósitos à vista e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Representados por títulos emitidos por instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio, demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

b.15 Relações Interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço.

b.16 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

b.17 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.18 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.19 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 46.758.242. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 101.866.275. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 55.108.033. Contudo, a administração acompanha mensalmente os indicadores da Cooperativa, dos quais apresentam baixo risco.

b.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com associados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.21 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2020	2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	1.122.672	1.256.830
Relações interfinanceiras (nota 4)	171.714.670	100.076.586
	<u>172.837.342</u>	<u>101.333.416</u>

4 Relações interfinanceiras

Descrição	2020	2019
Centralização financeira	<u>171.714.670</u>	<u>100.076.586</u>

Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Crediminas, conforme determinado no art. 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício em ingressos da intermediação financeira – ingressos de depósitos intercooperativos, rendimentos no montante de R\$ 3.128.055 (R\$ 6.095.678 em 2019).

5 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	26.628	-	26.628	61.038	-	61.038
Cheque especial e conta garantida	2.737.147	-	2.737.147	3.036.197	-	3.036.197
Títulos descontados	5.551.171	-	5.551.171	6.855.458	-	6.855.458
Empréstimos e financiamentos	74.998.021	102.132.859	177.130.880	50.271.756	37.823.033	88.094.789
Financiamentos rurais e agroindustriais: próprios e repasses	109.292.380	33.174.210	142.466.590	88.318.005	14.651.307	102.969.312
	192.605.347	135.307.069	327.912.416	148.542.454	52.474.340	201.016.794

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 34.531.272 (R\$ 28.076.221 em 2019).

b Composição por nível de risco e situação do vencimento

Nível de risco	Provisão %	2020			2019		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	40.823.915	40.823.915	-	21.133.840	21.133.840
A	0,5	-	145.390.067	145.390.067	-	73.117.156	73.117.156
B	1,0	514.050	73.901.932	74.415.982	221.926	53.700.707	53.922.633
C	3,0	130.352	40.442.668	40.573.020	339.250	29.094.331	29.433.581
D	10,0	170.311	9.507.319	9.677.630	1.663.598	10.547.157	12.210.755
E	30,0	87.524	4.272.926	4.360.450	231.853	843.435	1.075.288
F	50,0	31.362	3.523.442	3.554.804	1.687.514	1.388.923	3.076.437
G	70,0	55.141	835.537	890.678	193.097	360	193.457
H	100,0	3.998.152	4.227.718	8.225.870	2.570.983	4.282.664	6.853.647
		4.986.892	322.925.524	327.912.416	6.908.221	194.108.573	201.016.794

c Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento

Descrição	2020			
	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositantes	26.628	-	-	26.628
Cheque especial e conta garantida	2.737.147	-	-	2.737.147
Títulos descontados	4.993.232	557.939	-	5.551.171
Empréstimos e financiamentos	16.596.812	58.401.209	102.132.859	177.130.880
Financiamentos rurais e agroindustriais: próprios e repasses	11.080.625	98.211.755	33.174.210	142.466.590
	35.434.444	157.170.903	135.307.069	327.912.416

Descrição	2019			
	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositantes	61.038	-	-	61.038
Cheque especial e conta garantida	3.036.197	-	-	3.036.197
Títulos descontados	6.409.505	445.953	-	6.855.458
Empréstimos e financiamentos	12.926.090	37.345.666	37.823.033	88.094.789
Financiamentos rurais e agroindustriais: próprios e repasses	9.171.177	79.146.828	14.651.307	102.969.312
	31.604.007	116.938.447	52.474.340	201.016.794

d Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	2020				2019		
	Empréstimos/TD/AD/ Cheque especial/ Conta garantida	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Total	% da Carteira	Total	% da Carteira
Setor privado - Comércio	38.376.635	4.606.300	-	42.982.935	13%	20.092.387	10%
Setor privado - Indústria	710.228	23.202	-	733.430	0%	47.672	0%
Setor privado - Serviços	60.635.179	7.280.053	-	67.915.232	21%	20.944.436	10%
Pessoa física	51.486.038	21.987.795	142.466.590	215.940.423	66%	159.932.299	80%
Outros	340.396	-	-	340.396	0%	-	0%
	151.548.476	33.897.350	142.466.590	327.912.416	100%	201.016.794	100%

e Concentração dos principais devedores

Descrição	2020	% Carteira total	2019	% Carteira total
Maior Devedor	3.959.589	1%	2.827.786	1%
10 Maiores Devedores	27.082.371	8%	19.938.872	10%
50 Maiores Devedores	78.648.950	24%	63.124.245	31%

f Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 5.617.939 (R\$ 8.771.306 em 2019). Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 4.036.325 (R\$ 1.601.814 em 2019), registrados em outros ingressos operacionais (nota 18).

6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(8.054.348)	(7.536.597)	(15.590.945)	(6.776.532)	(5.082.236)	(11.858.768)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(661.350)	-	(661.350)	(260.433)	-	(260.433)
	(8.715.698)	(7.536.597)	(16.252.295)	(7.036.965)	(5.082.236)	(12.119.201)

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	2019
Saldo inicial	(12.119.201)	(9.028.315)
Créditos baixados para prejuízo	891.886	2.551.819
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(15.198.595)	(12.839.630)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(862.857)	(354.616)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 18)	10.983.783	7.483.250
Reversão de provisão para perdas em outros créditos (nota 18)	52.689	68.291
Saldo final	(16.252.295)	(12.119.201)

7 Outros créditos

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Créditos por avais e fianças	681.118	-	681.118	353.875	-	353.875
Rendas a receber	286.023	-	286.023	369.566	-	369.566
Devedores por depósitos em garantia (nota 15) (i)	-	545.207	545.207	-	726.147	726.147
Títulos e créditos a receber	45.979	-	45.979	48.418	-	48.418
Diversos:						
Adiantamentos e antecipações salariais	35.492	-	35.492	3.391	-	3.391
Adiantamentos de viagens	687.162	-	687.162	438.026	-	438.026
Impostos e contribuições a compensar	31.087	-	31.087	31.267	-	31.267
Devedores diversos	14.950	-	14.950	54.113	-	54.113
	1.781.811	545.207	2.327.018	1.298.656	726.147	2.024.803

- (i) Em devedores por depósitos em garantia estão registrados depósitos judiciais para Cofins no montante de R\$ 442.232, para interposição de recursos trabalhistas no montante de R\$ 50.725 e outros depósitos no montante de R\$ 52.250.

8 Investimentos

Descrição	2020	2019
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas	14.033.262	13.548.778
Banco Cooperativo do Brasil S/A - Bancoob	81.069	81.069
	14.114.331	13.629.847

9 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação/ amortização			2020	2019
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Terrenos	-	5.111.347	-	5.111.347	5.111.347
Edificações	4%	1.430	(130)	1.300	1.357
Instalações	10%	656.511	(370.556)	285.955	278.432
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	2.528.117	(1.188.969)	1.339.148	894.941
Veículos	20%	365.335	(230.301)	135.034	175.905
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Até 10%	687.946	(40.130)	647.816	-
Imobilizações em curso (i)	-	17.015.869	-	17.015.869	8.746.507
		26.366.555	(1.830.086)	24.536.469	15.208.489
Intangível					
Software	20%	7.009	(1.398)	5.611	-
		26.373.564	(1.831.484)	24.542.080	15.208.489

(i) Refere-se à materiais e serviços para construção da nova Sede da Cooperativa, concluída em janeiro de 2021.

10 Depósitos

Descrição	2020	Taxa média (% a.m.)	2019	Taxa média (% a.m.)
Depósitos à vista	112.300.957	-	42.492.605	-
Depósitos a prazo (i)	130.319.058	0,15	85.742.273	0,34
	242.620.015		128.234.878	

- (i) É composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. As remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista, a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/2012.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o Sicoob Central Crediminas possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	2020	% Carteira Total	2019	% Carteira Total
Maior Depositante	16.303.348	6%	14.507.321	10%
10 Maiores Depositantes	55.785.815	20%	43.463.235	29%
50 Maiores Depositantes	106.448.131	39%	71.935.330	48%

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 2.755.190 (R\$ 4.147.603 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósitos a prazo.

11 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Descrição	2020			2019				
	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média (% a.m.)	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média (% a.m.)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	<u>13.629.635</u>	<u>636.092</u>	<u>14.265.727</u>	<u>0,15</u>	<u>15.604.766</u>	<u>13.005</u>	<u>15.617.771</u>	<u>0,35</u>

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, com garantia em direitos creditórios agronegócio, emitidas pela Cooperativa. São remuneradas por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

Criados pela Lei nº 11.076/2004, esses papéis têm como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e carência mínima de 90 dias conforme a Resolução CMN nº 4.410/2015, artigo 5º.

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 446.948 (R\$ 970.924 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, de LCA.

12 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

Instituições	Taxas a.a.	Vencimento	2020			2019		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bancoob	De 2,75% a 11,50%	Até 12/2030	71.820.311	22.612.174	94.432.485	39.051.630	7.926.704	46.978.334
Crediminas	9,50%	Até 09/2021	34.161	-	34.161	162.515	31.190	193.705
Relações com correspondentes	-	-	-	-	-	9.516	-	9.516
			<u>71.854.472</u>	<u>22.612.174</u>	<u>94.466.646</u>	<u>39.223.661</u>	<u>7.957.894</u>	<u>47.181.555</u>

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. No exercício de 2020, foram registrados R\$ 3.578.126 (R\$ 2.420.525 em 2019) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses, de relações interfinanceiras.

b Composição do saldo por faixa de vencimento

Descrição	2020			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Bancoob	8.602.430	63.217.881	22.612.174	94.432.485
Crediminas	-	34.161	-	34.161
	8.602.430	63.252.042	22.612.174	94.466.646

Descrição	2019			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Bancoob	6.219.844	32.831.786	7.926.704	46.978.334
Crediminas	-	162.515	31.190	193.705
Relações com correspondentes	9.516	-	-	9.516
	6.229.360	32.994.301	7.957.894	47.181.555

13 Relações interdependências

Descrição	2020	2019
Cobrança de terceiros em trânsito	-	964
Ordens de pagamento (i)	16.303.348	8.236.317
Recebimentos em trânsito de terceiros	71.727	71.267
	16.375.075	8.308.548

(i) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

14 Obrigações por empréstimos e repasses

Instituição	Taxas a.a.	Vencimento	2020		2019	
			Circulante	Circulante	Não circulante	Total
MAPA - Funcafé	De 5,25% a 7,00%	10/2021	52.925.674	8.992.691	30.943.488	39.936.179

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para repasse aos associados nas modalidades de custeio e comercialização de café. No exercício de 2020, foram registrados R\$ 2.406.588 (R\$ 3.120.800 em 2019) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses, de obrigações por empréstimos e repasses.

15 Provisões

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para garantias prestadas	163.028	2.493.828	2.656.856	150.942	2.152.642	2.303.584
Provisão para contingências	-	707.310	707.310	-	732.871	732.871
	163.028	3.201.138	3.364.166	150.942	2.885.513	3.036.455

a Provisão para garantias prestadas

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016.

b Provisão para contingências

Composição da provisão para contingências e dos devedores por depósitos em garantia nos exercícios:

Descrição	2020		2019	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Cofins (i)	442.232	442.232	623.761	623.761
Trabalhistas (ii)	50.725	50.725	50.665	50.665
Outras contingências (iii)	214.353	52.250	58.445	51.721
	707.310	545.207	732.871	726.147

- (i) Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados em depósitos em garantia no ativo (nota 7 (i)).
- (ii) Duas demandas de natureza trabalhista, classificados pelos seus assessores jurídicos como perdas possíveis, na qual a administração optou em constituir provisão para contingências em face desses assuntos, devido ao depósito realizado em juízo dos valores discutidos e que são atualizados mensalmente pela Selic (nota 7(i)).
- (iii) Duas demandas de natureza fiscal, discutidas na esfera judicial, no montante atualizado de R\$ 52.250, onde a Cooperativa depositou em juízo os valores discutidos, na qual são atualizados mensalmente pela Selic (nota 7(i)) e duas demandas de natureza cível, com valor total de R\$ 244.834, classificados pelos seus assessores jurídicos como perdas prováveis, na qual a administração da Cooperativa optou com base em experiências anteriores e relevância, em constituir provisão no valor total de R\$ 162.103.

A Cooperativa também é ré em duas demandas de natureza cível, com valor total de R\$ 734.659, discutidas na esfera judicial, onde a administração decidiu com base na opinião de seus assessores jurídicos, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar provisão para contingência em face desse assunto.

A Cooperativa não possui outros processos, além dos já citados, que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

16 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	46.962	107.786
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	684.808	478.543
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	2.298.862	844.202
Quotas de capital a pagar	1.176.622	526.804
	<u>4.160.292</u>	<u>1.849.549</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	1.276.050	537.727
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	12.635	-
Obrigações por prestadores de serviços	531.014	418.882
Provisão para pagamentos a efetuar	1.307.300	1.878.120
Credores diversos no País	643.410	278.260
	<u>2.494.359</u>	<u>2.575.262</u>
	<u>7.977.663</u>	<u>5.070.324</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 17b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 8.353 e 6.481 associados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.591.411 (R\$ 1.815.945 em 2019), e também ocorreram devoluções em 2020, no montante de R\$ 3.577.386 (R\$ 1.955.052 em 2019). O capital social é de R\$ 44.163.680 e de R\$ 40.549.499 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020 e de 2019, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2020	2019
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	20.040.251	12.026.383
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)	(13.146.921)	(8.239.594)
FATES (ii)	(939.066)	(588.542)
Transferido para FATES	(1.258.935)	(255.535)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	4.695.329	2.942.712

- (i) 70% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus associados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 16 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de junho de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020 para aumento de capital (R\$ 2.656.738) e distribuição de sobras (R\$ 285.974).

18 Outros ingressos operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6b)	7.185.894	10.983.783	7.483.250
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5f)	3.722.564	4.036.325	1.601.814
Rendas de repasse Delcredere	1.089.005	1.367.704	1.115.652
Rendas com cartão de crédito	516.031	1.099.332	1.172.438
Reversão para garantias financeiras prestadas	721.833	1.019.263	536.891
Juros ao capital recebidos da Central	374.823	374.823	454.150
Recuperação de encargos e despesas	80.020	257.406	235.642
Reversão de provisão para outros créditos (nota 6b)	21.825	52.689	68.291
Outras rendas operacionais	33.332	551.787	1.609.344
	13.745.327	19.743.112	14.277.472

19 Dispêndios administrativos

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços do sistema financeiro	(427.445)	(871.485)	(800.122)
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(469.177)	(830.798)	(640.620)
Processamento de dados	(413.178)	(830.774)	(626.144)
Aluguéis	(400.748)	(781.050)	(461.111)
Manutenção, conservação de bens e material	(353.506)	(634.296)	(452.675)
Comunicações	(202.130)	(371.105)	(259.511)
Água, energia e gás	(124.032)	(223.438)	(161.747)
Viagem no país	(106.406)	(209.195)	(84.442)
Serviços técnicos especializados	(105.145)	(206.691)	(229.960)
Promoções e relações públicas	(76.962)	(160.813)	(249.123)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(69.925)	(134.799)	(132.087)
Outros	(947.602)	(1.828.488)	(1.720.750)
	(3.696.256)	(7.082.932)	(5.818.292)

20 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(2.485.667)	(4.759.617)	(3.685.866)
Encargos sociais	(982.129)	(1.912.037)	(1.535.179)
Benefícios a empregados	(689.165)	(1.407.540)	(1.022.063)
Honorários, cédulas de presença e gratificações	(579.655)	(1.144.809)	(1.105.221)
Remuneração de estagiários	(32.600)	(51.600)	(13.723)
Treinamentos	(20.851)	(45.051)	(74.076)
	(4.790.067)	(9.320.654)	(7.436.128)

21 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisões passivas	(901.258)	(1.721.492)	(2.386.695)
Descontos concedidos	(289.831)	(454.569)	(213.663)
Cancelamento de tarifas	(41.255)	(86.792)	(70.098)
Outros dispêndios	(591.058)	(904.818)	(679.347)
	(1.823.402)	(3.167.671)	(3.349.803)

22 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus associados em transações que montam R\$ 47.608.756 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 39.441.553 em 2019), registradas em contas de compensação.

23 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras e operações de crédito, no ativo, e depósitos, recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias, relações interfinanceiras, relações interdependências e obrigações por empréstimos e repasses, no passivo.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

25 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC/LCA e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	3.959.790	2.546.542
Passivo		
Depósitos à vista/a prazo/LCA	3.384.670	392.222
Benefícios:		
Honorários da Diretoria	(528.000)	(487.751)
Conselheiros de administração	(438.403)	(433.820)
Conselheiros fiscais	(83.736)	(83.401)
Gratificações da Diretoria	(77.710)	(83.648)
Outras despesas da administração	(16.960)	(16.601)
FGTS da Diretoria e Presidente	(72.349)	(68.776)
INSS da Diretoria e conselhos	(225.453)	(215.836)

26 Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Crediminas

O Sicoob Central Crediminas representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob Central Crediminas é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central Crediminas a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Coopacredi responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

b Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Crediminas nos exercícios:

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Relações interfinanceiras (nota 4)	171.714.670	100.076.586
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	14.033.262	13.548.778
Passivo		
Circulante		
Relações interfinanceiras (nota 12)	34.161	162.515
Não circulante		
Relações interfinanceiras (nota 12)	-	31.190
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Ingressos da intermediação financeira (nota 4)	3.128.055	6.095.678

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Risco de Mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Celso Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Simeão Lopes Honório
Diretor Administrativo e
Diretor responsável pela área contábil

Givago José Rodrigues Borges de Paiva
Diretor de Negócios

Otávio Augusto Alves
Diretor de Gerenciamento de Riscos e Capital

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contadora CRC/MG 084.721

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Celso Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Simeão Lopes Honório
Diretor Administrativo e
Diretor responsável pela área contábil

Givago José Rodrigues Borges de Paiva
Diretor de Negócios

Otávio Augusto Alves
Diretor de Gerenciamento de Riscos e Capital

Kênia Geralda Santos Ferreira
Contadora CRC/MG 084.721

*** Fim ***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos associados e administradores da
Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi
Patrocínio MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras apresentadas para fins de comparação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, datado de 21 de fevereiro de 2020, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 26 de fevereiro de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S MG

Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3 S MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. – SICOOB COOPACREDI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração, relativos a 31 de dezembro de 2019 e 2020, com base no relatório da auditoria Moore Prisma Auditores Independentes, emitido em 26 de fevereiro de 2021, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPACREDI.

Patrocínio (MG), 24 de março de 2021.

Amarildo Francisco Maranhão
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Patrícia Rodrigues Araújo e Simeão
Conselheira Fiscal – Secretária

Anderson Crespo Coutinho
Conselheiro Fiscal Efetivo

